

DOM 15-8-96

PARECER 1643/96 DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SOBRE O PROJETO DE LEI 468/96

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Nobre Vereador Antonio de Paiva Monteiro Filho, que visa dispor sobre a prestação de serviços de inalação e medição de pressão arterial nas farmácias e drogarias.

De acordo com a propositura, a responsabilidade pela prestação dos serviços supracitados é do proprietário e/ou farmacêuticos devidamente registrados.

Em que pese a zelosa preocupação do nobre Vereador, a presente propositura não pode prosperar pelos motivos a seguir expostos.

A Lei Federal 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, no art. 18, bem como em seu § 22, estabelece:

"Art. 18 - é facultado à farmácia ou drogaria manter serviço de atendimento ao público para aplicação de injeções a cargo de técnico habilitado, observada prescrição médica.

""

§ 22 - A farmácia poderá manter laboratório de análises clínicas, desde que em dependência distinta e separada, e sob a responsabilidade técnica do farmacêutico."

Portanto, cabe apenas e tão-somente à farmácia ou drogaria manter os serviços de aplicação de injeção e laboratórios de análises clínicas.

Não bastasse isso, no tocante à medição de pressão arterial, o entendimento do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, em resposta às consultas 1.706.54/86, 4.306/89 e 13.840/92 é o seguinte:

"A determinação da pressão arterial, como aferição de um sinal vital, constitui parte integrante do exame físico do paciente, sendo, portanto, um ato médico. Em se tratando de uma medição sistemática ou de acompanhamento da evolução de pacientes internados é também efetuada por enfermeiros e auxiliares de enfermagem, em unidades automatizadas, tal sinal vital é medido por máquinas ...

Assim sendo, reafirmamos que a medição da pressão arterial, como parte do exame físico é ato exclusivamente médico, devendo ser realizada pelo médico ou sob sua supervisão... Entendemos ainda que razões de saúde coletiva (campanhas) ou peculiaridades dos pacientes podem justificar a medição por profissionais da saúde ou por parentes desde que sob orientação e supervisão médica."

Com referência à inalação, deve-se registrar que a Lei 11.289, de 23 de novembro de 1992, já autoriza a prestação do referido serviço pelas farmácias e drogarias. E mais, a sua regulamentação, que se deu por meio do Decreto 35.135, de 17 de maio de 1995, já

contempla as alterações pretendidas pelo autor, no tocante ao assunto. Desta forma, a iniciativa esbarra no art. 22, inciso XVI, da Constituição Federal, que trata das matérias de competência privativa da União e ainda haveria o exercício ilegal de atribuição vinculada à atividade médica ou sujeita a orientação e supervisão médica.

Assim, por fugir a matéria da alçada deste Legislativo, somos

PELA INCONSTITUCIONALIDADE

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 13/08/96

Dárcio Arruda - Presidente

Osvaldo Sanches - Relator

Arselino Tatto

Mário Noda

Melo Rodolfo

Aurélio Nomura - contrário

José Viviani Ferraz - contrário